



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente documento trata dos procedimentos e orientações necessárias para contratação de empresa através do ato público de concorrência, objetivando a execução de obra de engenharia.

Esta licitação deverá ser pela modalidade Concorrência e tem por objeto a contratação de empresa para:

EXECUÇÃO DE COBERTURA CENTRAL E ADEQUAÇÕES NA EB ELIAS ADAIME.

Fazem parte integrante e indissociável deste edital:

- Planta Baixa;
- Planilha Orçamentária estimativa;
- Memorial descritivo.

2. ORÇAMENTO ESTIMADO

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO
EXECUÇÃO DE COBERTURA CENTRAL E ADEQUAÇÕES NA EB ELIAS ADAIME.	R\$ 916.777,59

2.1. Será OBRIGATÓRIA a apresentação da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, proposta por parte do licitante vencedor pré-qualificado, contendo a indicação do BDI, informando o percentual utilizado na composição do preço (em respeito ao Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União).

2.2. O orçamento estimativo de custos foi elaborado conforme levantamento de quantitativos obtidos nos projetos e memorial descritivo, sendo que as unidades dimensionais e preços foram obtidos conforme os indicadores: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI e demais bases indicadas na planilha.

2.3. Torna-se **OBRIGATÓRIO**, apresentação do cronograma físico-financeiro proposto pela empresa vencedora.

2.4. As planilhas das propostas das licitantes deverão ser preenchidas por profissional legalmente habilitado, devendo constar o seu nome, assinatura e o número do registro do



profissional no CREA ou CAU;

2.5. Propostas acima do orçamento estimado serão desclassificadas.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários para execução do presente objeto, correrão por conta do exercício orçamentário do ano de 2024 e 2025, a ser determinada pela Secretaria Municipal de Educação.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Este Termo de Referência tem como objetivo a habilitação de empresas que: possuam a necessária experiência e capacidade jurídica, técnica, fiscal e financeira para executar seu objeto, bem como a contratação daquela empresa que oferecer a **PROPOSTA DE MENOR PREÇO GLOBAL** para o Município de Itajaí conforme **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

4.2. Não serão admitidas nesta licitação as empresas cujo direito de licitar esteja suspenso, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as que estiverem em regime de concordata, falência ou em liquidação judicial.

4.3. Será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO** para os serviços de: Aterro, Infraestrutura, Esquadrias, Bancadas, Divisórias, Instalações Elétricas, Hidráulicas e Lógicas, Climatização/Exaustão, Cabeamento Estruturado (caso haja necessidade), nestes casos a empresa deverá dispor de um técnico preposto com experiência comprovada em tempo integral na obra, atuando na supervisão dos serviços. A empresa vencedora ficará responsável por todos os serviços contemplados na planilha do contrato independente de subcontratação ou execução direta incluindo qualquer tipo de encargos sociais.

4.4. Ficarà a cargo da empresa contratada, apresentar posteriormente ao recebimento da **Ordem de Serviço (O.S.)** um **PLANO ESTRATÉGICO DE EXECUÇÃO DE OBRAS**, que será submetido à fiscalização, esta aprovará ou não a proposta de trabalho emitida pela contratada.

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

- Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Para a fase de habilitação do certame licitatório a empresa proponente deverá comprovar, além da capacidade jurídica, fiscal e financeira, capacidade técnica para a realização da obra previsto neste Termo de Referência, a saber:

5.1. **Certificado de Registro da empresa (pessoa jurídica):** a empresa proponente deverá comprovar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região da sede da empresa.

5.2. **Capacidade Operacional (pessoa jurídica):** A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA, do(s) responsável(eis) técnico(s), ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA – OPERACIONAL	
Execução de Cobertura metálica	210 m ²
Execução de Sistema Preventivo de Incêndio	1.300,00 m ²
Execução de Sistema SHP	1.300,00 m ²

- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- CAT(s).

5.2.1. Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação da (s) certidão (ões) e/ou atestado (s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados

5.2.2. Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, em acordo ao disposto no § 2º do Artigo 67 da Lei 14.133/2021. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.

5.2.3. A fim de agilizar a avaliação do processo, solicita-se a identificação dos Itens de Relevância Técnica nos atestados por parte da Licitante.



5.3. Certificado de Registro do Profissional (pessoa física): Apresentar registro e/ou certidão de inscrição junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução do serviço contratado, devendo constar, no mínimo:

- 1 (um) Arquiteto ou Engenheiro Civil;

5.4. Capacidade Profissional (pessoa física): O responsável técnico (pessoa física) deve comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA / CAU, experiência na execução de obra compatível em características com o objeto licitado.

- Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- CAT(s).

5.5. Visita Técnica (facultativa): Apresentação de atestado de vistoria dos locais de prestação de serviços, ou declaração de optante pela não realização da vistoria, conforme modelos anexos.

6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datada de no máximo 90 (sessenta) dias anteriores a data de abertura dos envelopes. OBS: As empresas em recuperação judicial, devem apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. Fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, obrigações fiscais e sociais, seguros por danos pessoais, materiais, responsabilidades técnicas e civil, correrão à custa exclusiva do proponente vencedor.

7.2. Os materiais utilizados na obra deverão seguir as especificações técnicas exigidas pela fiscalização da obra.

7.3. Os serviços serão executados após ordem de serviços, emitida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo os mesmos acompanhados e fiscalizados por técnicos da mesma.

7.4. É de inteira responsabilidade do proponente/contratado a fiel execução dos serviços, de forma que a obra seja concluída de acordo com a boa técnica e Normas específicas.

7.5. Não será admitida pelos licitantes/contratado, a alegação de falta de peças técnicas e/ou desconhecimento do processo/serviços.

7.6. Colocar a serviço sempre pessoal tecnicamente qualificados e especializados sempre que for necessário que deverão apresentar-se asseados e uniformizados. A mão de obra empregada pela contratada deverá ser corretamente dimensionada para atender ao Cronograma de Execução da Obra.

7.7. Manter sempre em serviço um supervisor credenciado e preparado para responder prontamente pela empresa junto a Secretaria Municipal de Educação.

7.8. Manter junto a seu escritório plantão apto para resolver quaisquer problemas que possam surgir durante a realização dos trabalhos.

7.9. Substituir imediatamente qualquer empregado seu que se mostre inconveniente a qualquer pessoa envolvida na execução do objeto.

7.10. Toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista previdenciária, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e acidentes é de responsabilidade única e exclusiva da licitante vencedora, eximindo a contratante de qualquer ônus.

7.11. Solucionar através de providências que se fizerem necessárias as incoerências falhas ou omissões constatadas na execução do contrato.

7.12. Fornecer detalhes construtivos que se fizerem necessários para a perfeita execução da obra.

7.13. Substituir materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inservíveis para a obra.

7.14. Que seja refeito qualquer trabalho que não obedeça aos elementos do projeto e demais disposições contratuais, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes da correção realizada.

7.15. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade e, salvo, os expressamente excluídos adiante, serão inteiramente fornecidos pela contratada.

7.16. Arcar com os prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.

7.17. Deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.

7.18. Fornecer nota fiscal dos serviços prestados.

7.19. A empresa vencedora deverá indicar antes da liberação da **ORDEN DE SERVIÇO (O.S.)** e manter um (**PREPOSTO**), profissional técnico devidamente habilitado e capacitado), exclusivo nas dependências do local da prestação dos serviços, no horário e nos dias da prestação dos serviços, o qual será responsável pela supervisão dos serviços prestados, dotado de poderes para controlar a frequência, pontualidade, dirimir dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do contrato.

7.20. Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;



8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, respeitadas as disposições da proposta, do presente contrato.
- 8.2. Prestar as informações necessárias com clareza, à contratada para execução dos serviços contratados.
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.
- 8.4. Adotar as medidas solicitadas pela contratada e consideradas necessárias à perfeita execução dos serviços.
- 8.5. Nomear fiscal para dirimir dúvidas.
- 8.6. Dar aceitação dos serviços.

9. EXAME DA (S) PROPOSTA (S) DE PREÇO

- 9.1. As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital serão verificadas quanto aos seguintes erros, os quais serão corrigidos pela Comissão de Licitação na forma indicada abaixo:
 - 9.1.1. Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;
 - 9.1.2. Erros de transcrição das quantidades do Projeto para a proposta: o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;
 - 9.1.3. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;
 - 9.1.4. Erro de adição: será retificado conservando as parcelas corretas e trocando-se a soma;
 - 9.1.5. Verificado em qualquer momento, até o término do contrato, incoerências ou divergências de qualquer natureza nas composições dos preços unitários, será adotada a correção que resultar no menor valor.
- 9.2. O valor total da proposta será ajustado pela Comissão de Licitação em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será rejeitada.
- 9.3. Com exceção das alterações, entrelinhas ou rasuras feitas pela Comissão de Licitação, necessárias para corrigir erros cometidos pelos Licitantes, não serão aceitas propostas contendo borrões, emendas ou rasuras.
- 9.4. As Propostas de Preços serão analisadas, conferidas, corrigidas e classificadas por ordem crescente de valores corrigidos.

9.5. Atendida as condições do item acima, será considerado vencedor a proposta que resulte o **MENOR PREÇO GLOBAL** para a obra, e caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL.

10.1. O Prazo de Execução do objeto será de **120 (Cento e Vinte) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço (O.S.)** e de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido.

10.2. O Prazo de Vigência Contratual será de **180 (Cento e Oitenta) dias** a contar da data da assinatura contratual.

10.3. Em caso de atraso na execução da obra, sem comprovação de condições adversas ou casos fortuitos, a empresa ficará sujeita às sanções preceituadas da Lei Federal 14.133/2021, bem como a aplicação das penalidades previstas no contrato.

11. DAS MEDIÇÕES.

11.1. As medições mensais serão baseadas nas avaliações dos serviços realizados e serão feitas pela Equipe de Fiscalização, devidamente acompanhado por um ou mais representante(s) designado(s) pela Contratada.

11.2. O controle físico do andamento da obra será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no **Cronograma Físico-Financeiro da Obra em anexo**, podendo ser adequado conforme a necessidade do Município de Itajaí verificada no decorrer das obras.

11.3. Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório à **abertura do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006** – (que disciplina sobre os procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, e dá outras providências).

11.4. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela **Secretaria Municipal de Educação**, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: Responsável Técnico da licitante vencedora, pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante.



12. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO.

12.1. Os pagamentos se darão por boletim de medição mensal, in loco do serviço executado e contra apresentação de nota fiscal de prestação de serviços, e os mesmos serão efetuados após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura conforme percentuais estabelecidos no cronograma Físico- Financeiro, desde que as faturas estejam corretas e tenham sido atendidas rigorosamente as especificações da Ordem de serviço e boletim de medição, devidamente atestada pelo servidor do município responsável pela fiscalização e, comprovação do pagamento/regularidade com a Previdência Social e FGTS, sendo que o pagamento e recebimento definitivo serão condicionados à demonstração de regularidade da contratada perante os órgãos antes descritos e funcionários;

12.2. Nos preços ofertados na proposta do CONTRATADO, já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

12.3. Quando houver erro de qualquer natureza na emissão da Nota Fiscal/fatura, o documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando estabelecido que este intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual. Caso não se apresente discriminado os percentuais de mão de obra e material na planilha orçamentária da proponente, será utilizado o percentual de mão de obra para fins de alíquota de INSS conforme Lei Federal RBF 971 (Art. 450 e 451).

12.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Itajaí em favor da Contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

12.5. O primeiro pagamento somente será efetuado após a comprovação por parte da licitante vencedora de que o contrato teve **Anotação de Responsabilidade Técnica – ART** ou **Registro de Responsabilidade Técnica - RRT**, efetuada no CREA ou CAU.

12.6. A licitante vencedora deverá apresentar a documentação de cobrança, obrigatoriamente no Município de Itajaí, com o valor expresso em moeda corrente nacional, mediante a emissão de nota fiscal, observadas as exigências da legislação tributária.

12.7. A licitante vencedora deverá indicar, no documento de cobrança, o número do contrato, com a respectiva data de assinatura, item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança, o mês de referência da medição realizada, para efeito de mensuração dos valores a serem pagos, o valor da parcela correspondente e a data do vencimento.

12.8. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante a apresentação do Laudo de Medição assinado pelo fiscal e responsável técnico da Contratada, devendo estar destacado o valor correspondente a aplicação de material e a mão de obra, respeitando a instrução normativa 971 da Secretaria da Receita Federal; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), Certidão Negativa de Débito (CND), emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Guia de recolhimento INSS do

funcionário (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP), Guia de Retenção (GPS) e Guia de recolhimento do PIS/COFINS, com prazo de validade vigente. A licitante vencedora deverá apresentar a folha de pagamento relativa ao mês de competência a que se referem as guias pagas no mês anterior.

12.9. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

12.10. A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

13. DO CRITÉRIOS E DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

13.1. Deverão ser observadas pela licitante vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessária a preservação da integridade física e saúde de seus colaboradores, do patrimônio do Município de Itajaí e ao público afeto e dos materiais envolvidos na obra e/ou serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas do Município de Itajaí.

13.2. O Município de Itajaí poderá a critério de seu corpo técnico determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela licitante vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da licitante vencedora.

13.3. A licitante vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

14. DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS.

O Município de Itajaí, por conveniência administrativa ou técnica, se reserva o direito de paralisar a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando oficialmente à licitante vencedora tal decisão, nos prazos e termos permitidos em lei.

15. DO RECEBIMENTO DA OBRA, SERVIÇOS E MATERIAIS.

15.1. Os termos de recebimentos se darão conforme o disposto no CAPÍTULO IX, art. 140 da lei 14.133/2021.

15.2. Para o recebimento das obras e serviços e dos materiais fornecidos será através do



fiscal do contrato, que vistoriará as obras e serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo não superior a 90 (noventa) dias após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais ou PROVISÓRIO, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, a seu critério.

15.3. O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a licitante vencedora das cominações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16. DA RESCISÃO DO CONTRATO.

16.1. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos no CAPÍTULO VIII, da Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações. A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da licitante vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

16.2. Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 14.133/2021.

17. CONSIDERAÇÕES GERAIS A CONTRATADA.

17.1. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.

17.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e estimativas dos preços, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços até 50% (cinquenta por cento) do valor estimado inicialmente.

17.3. Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigida para a contratação.

17.4. Cumprir o cronograma de execução dos serviços, justificando sempre eventuais atrasos e reajustando caso seja necessário e/ou solicitado pela contratante.

17.5. Obedecer às exigências contidas no projeto de engenharia, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais anexos.

17.6. Acompanhar a execução dos serviços de acordo com o proposto no projeto de engenharia, planilha orçamentária, memoriais descritivos e demais anexos.

17.7. Fornecimento de mão de obra especializada, qualificada e capacitada.

17.8. Fornecer materiais de primeira qualidade.

17.9. Responsabilidade pela segurança dos empregados durante o período da obra.

17.10. Solicitar o pedido das instalações provisórias de água e energia elétrica para

SEMASA e CELESC respectivamente em nome da **EMPRESA CONTRATADA** caso necessário.

17.11. Todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação, tais como: Pessoal; Obrigações Trabalhistas; Pagamentos das faturas de **ENERGIA ELÉTRICA e ÁGUA** as quais se fará em nome da empresa contratada até o recebimento da obra; Obrigações Previdenciárias, Fiscais, Securitárias e etc., correrão, exclusivamente, às custas do proponente vencedor.

17.12. Indicar o profissional “**PREPOSTO**” para dirigir a execução dos trabalhos.

17.13. Manter **DIÁRIO DE OBRAS** devidamente atualizado durante a execução da obra e **PRESENTE NO CANTEIRO DE OBRAS E DE FÁCIL ACESSO PARA COM A FISCALIZAÇÃO**.

17.14. **MANTER** todos os projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ARTs, alvarás e qualquer licença e/ou autorização referente à obra, **PRESENTE NO CANTEIRO E QUE SEJA DE FÁCIL ACESSO PARA COM A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E CONTRATOS**.

17.15. Manter e entregar a obra e seu entorno totalmente limpa.

Itajaí, 26 de agosto de 2024.

Elmir Bortolanza

Arquiteto e Urbanista

ANALISE DE RISCO			
RISCO	PROBABILIDADE / NÍVEL DE RISCO	DANOS	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA
CONTRATANTE			
Definição de exigências desnecessárias, de caráter restritivo no Edital, especialmente no que diz respeito à capacitação técnica profissional e técnico operacional da empresa.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de impugnações do edital na fase de seleção do fornecedor ou o certame restar deserto ou fracassado. • Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica.
Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> • Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções. • Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos.
O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de republicação da licitação impactando no planejamento e orçamento. • Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.

A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor. Aplicar as sanções previstas na contratação.
Atrasos na assinatura do contrato ou na entrega das garantias contratuais.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Prever, dentre as cláusulas, sanções que contemplem esta situação.
Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades etc).	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra. Possibilidade de aumento de custos não previstos, principalmente com mobilização e desmobilização da equipe e de equipamentos, aluguéis de estruturas para abrigar o canteiro de obras, gerenciamento de obras, dentre outros que poderão ser reclamados pela Contratada. 	<ul style="list-style-type: none"> Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados. Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato.
Alterações no projeto básico/ executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto. Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise do pedido, verificação da viabilidade e revisão do escopo da contratação, para que se realize uma possível alteração/contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.

Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes.	ALTO	<ul style="list-style-type: none"> Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Após avaliação da Fiscalização Técnica do Contrato e desde que sejam atendidas as prerrogativas para aditivos por falhas, encaminhar a proposta de alteração contratual à autoridade competente.
Alteração da legislação, regulamentos e normas que causem alterações no projeto inicialmente contratado.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.
CONTRATADA			
Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam irrelevantes ou em que a obrigação de fazer pela Contratada esteja expressamente estipulada no instrumento convocatório e/ou seus anexos	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Caso a Contratada venha requerer tais valores com alterações não justificáveis, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização. Prever, dentre as cláusulas, que tais custos serão absorvidos pela Contratada.
Diferença entre os quantitativos da planilha de orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na obra, devido a incertezas inerentes ao objeto ou a alguns serviços que compõe o objeto.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> Para as obras contratadas no regime de empreitada por preço global, a remuneração da contratada será após a execução de cada etapa, previamente definida no cronograma físico-financeiro. As medições de campo das quantidades realizadas devem ser precisas apenas o suficiente para definir o percentual executado.



Preços de insumos que compõe a execução do objeto abaixo do preço de mercado.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none">• Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.	<ul style="list-style-type: none">• Caso a Contratada venha requerer tais valores, a mesma deverá seguir as prerrogativas do contrato com referência a Reajustes e Reequilíbrios a serem analisadas pela fiscalização e DLC.
Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS pela Contratada.	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none">• Prejuízo aos trabalhadores alocados na execução do objeto.• Não recebimento de medições em caso de impossibilidade de emissão de Certidões Negativas ou documentos contábeis solicitados pela SEFAZ para liquidação de notas	<ul style="list-style-type: none">• Prever, dentre as cláusulas, a responsabilidade exclusiva da Contratada sobre o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS.• Prever, dentre as cláusulas, sanções que contemplem esta situação.
Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.	ALTO	<ul style="list-style-type: none">• Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra.• Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de refazimento de serviços.	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.• Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado.• Aplicação das sanções previstas na contratação.
Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none">• Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.	<ul style="list-style-type: none">• Prever, dentre as cláusulas, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços e cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho.• Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições do canteiro de obras, verificando a utilização de

			<p>Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho. • Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social.
Ocorrência de roubos e furtos na obra.	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> • Prejuízos e aumento dos custos inicialmente previstos para execução da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prever, dentre as cláusulas, que a Contratada deverá manter vigilância da obra e se responsabilizará pelos danos e prejuízos oriundos de roubos e furtos.
Prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos	BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra. • Atrasos na execução do objeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Prever, dentre as cláusulas do Projeto Básico, que a Contratada arcará com os prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos da obra ou outros decorrentes de fenômenos climáticos. • Solicitar que a Contratada providencie os reparos necessários para entrega do objeto nas condições inicialmente previstas na contratação.
COMPARTILHADO (CONTRATANTE/CONTRATADA)			
Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e	MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> • Atrasos para entrega da obra. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada,



ambientais.			se as chuvas ocorridas preenchem os requisitos de excepcionalidade. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação da vigência contratual.
-------------	--	--	---



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ